



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESPÍRITO SANTO**

Praça Manoel Silvino Monjardim, 54 - Bairro Centro - CEP 29010-390 - Vitória - ES - [www.defensoria.es.def.br](http://www.defensoria.es.def.br)

## **RESOLUÇÃO CSDPES Nº 002, DE 30 DE ABRIL DE 2014**

Regulamenta o artigo 59, §2º, e o artigo 59-A, VI, da Lei Complementar nº 55/1994". (Versão compilada com as alterações decorrentes das Resoluções CSDPES nº 002/2015, 011/2016, 014/2016, 037/2017, 050/2018, 059/2019, 062/2019, 063/2019, 064/2019, 090/2024, 093/2025, 096/2025, 100/2026 e 101/2026)

**O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**,  
no uso das suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

§1º (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

§2º (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

**Art. 1º-A.** (Revogado) (Redação dada Resolução CSDPES nº 059, de 15 de fevereiro de 2019)

### **CAPÍTULO I**

#### **DA GRATIFICAÇÃO EM RAZÃO DE ACUMULAÇÕES EM VARAS, COMARCAS, PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS**

**Art. 2º.** O Defensor Público que for designado para acumular em varas, comarcas, processos e/ou procedimentos em Defensorias Públicas, Núcleos Especializados ou na Administração Superior, fará jus a uma gratificação pecuniária, de caráter indenizatório, de 1/3 (um terço) do subsídio de Defensor Público Nível I". (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)

### **CAPÍTULO II**

#### **DA GRATIFICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA, EM VIRTUDE DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO**

**Art. 3º.** (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

§1º (Revogado). (Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)

§2º. (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

### CAPÍTULO III

DA GRATIFICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE DESIGNAÇÃO PARA SUBSTITUIR FÉRIAS,  
LICENÇAS OU OUTRAS FORMAS DE AFASTAMENTO DO TITULAR

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 064, de 05 de julho de 2019)**

**Art. 4º.** (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

Parágrafo único. (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

### CAPÍTULO IV

DA GRATIFICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE ACUMULAÇÃO OU EXCESSO DE SERVIÇO

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

**Art. 5º.** (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 1º (Transformado em parágrafo único). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

Parágrafo único. (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 2º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

§ 3º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

§ 4º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 5º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 6º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

### CAPÍTULO V

DA GRATIFICAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO E SESSÃO  
PLENÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

**Art. 6º.** O Defensor Público que for designado, sem prejuízo das atribuições de suas funções, para atuar em plantão, fará jus a uma gratificação pecuniária, de caráter indenizatório, no percentual de 5% (cinco por cento) dos subsídios de Defensor Público Nível I, por cada plantão realizado.

Parágrafo único. (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

§ 1º Entende-se por plantão, no âmbito da Defensoria Pública, as atividades realizadas fora do expediente normal de funcionamento, desempenhadas durante o plantão do Poder Judiciário, bem como as atividades realizadas durante o recesso do Poder Judiciário, além das atividades

extrajudiciais, por designação da Defensoria Pública-Geral. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 059, de 15 de fevereiro de 2019)**

§ 2º A gratificação tratada no presente artigo será paga no mês posterior ao seu fato gerador. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

**Art. 6º-A.** (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 1º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 2º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 3º (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

## CAPÍTULO V-A

### DA LICENÇA COMPENSATÓRIA

**(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

**Art. 6º-B.** A atuação dos membros da Defensoria Pública nas hipóteses abaixo, previstas no § 2º do art. 59 da Lei Complementar Estadual n. 55/1994, asseguram a concessão de licença compensatória por folga, a critério da Administração Superior: **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

I - Atuação em razão de designação para acumular em varas, comarcas, processos e/ou procedimentos, não abrangidos pelas hipóteses do art. 2º desta resolução, na proporção de 1 (um) dia de compensação para cada 3 (três) dias designados, hipótese que só existirá com a suspensão do pagamento da correspondente gratificação, a critério da Administração Superior; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

II - Atuação em decorrência de substituição automática, em virtude de férias, licenças, ou outras formas de afastamento do titular, na proporção de 1 (um) dia de compensação para cada 5 (cinco) dias designados; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

III - Atuação em excesso de serviço, na proporção de 1 (um) dia de compensação para cada 10 (dez) dias designados, como: **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

a) Designação para realizar atendimentos periódicos em estabelecimentos prisionais, unidades socioeducativas e casas de acolhimento, sem prejuízo das atribuições de suas funções; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

b) Designação, por ato do Defensor Público-Geral, para responder cumulativamente pelas atribuições administrativas referentes à função de Direção de Núcleos Especializados; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

c) Designação, por ato do Defensor Público-Geral, para responder cumulativamente pelas atribuições administrativas referentes à função de Diretor Administrativo de Núcleo de Atendimentos da Defensoria Pública; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

- d) Atuação no Conselho Superior da Defensoria Pública na qualidade de Conselheiro; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- e) Atuação em Brasília-DF, consistente em sustentação oral, recebimento de intimações, distribuição de memoriais e outras atribuições junto ao STF e aos Tribunais Superiores; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- f) Atuação como membro da Comissão Processante Permanente da Defensoria Pública; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- g) designado, por ato do Defensor Público-Geral, para assessoria na Corregedoria-Geral da Defensoria Pública; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- h) Designação, por ato do Defensor Público-Geral, para responder como membro da comissão de prerrogativas da Defensoria Pública do Estado; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- i) Atuação na qualidade de membro da comissão de concurso de ingresso à carreira da Defensoria Pública ou de concurso para provimento de cargos de seus serviços auxiliares; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- j) Atuação na condição de relator em procedimento de avaliação de desempenho do estágio probatório; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- k) Designação, por ato do Defensor Público-Geral, para responder cumulativamente pelas atribuições administrativas referentes à função de Conselheiro Administrativo e Órgão de Apoio da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - ESDPES; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- l) Atuação em designação extraordinária, por ato do Defensor Público-Geral, para cumprir missão de interesse do serviço ou em função relevante singular; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- m) Designação para participação nas comissões e nas plenárias do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais e do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- n) Outras atuações consideradas como excesso de serviço pela Defensoria Pública-Geral, por ato fundamentado, mediante designação específica e podendo prever, no ato de designação, proporção diversa àquela mencionada neste artigo; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**
- o) Atuação no Conselho Superior da Defensoria Pública na qualidade de Presidente da Entidade de Classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 093, de 21 de fevereiro de 2025)**
- § 1º É vedada a concessão, recebimento ou fruição da licença compensatória cumulativamente com o recebimento de gratificação, bem como por prazo superior a 30 (trinta) dias por ano, pelo mesmo fato gerador e, ainda, por mais de uma hipótese do inciso III desse artigo. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 2º A substituição automática, em virtude de suspeição e impedimento, também compreendida no inciso II, poderá ensejar a concessão de 01 (um) dia de licença compensatória, com a comprovada atuação em 05 (cinco) atos. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 3º A designação sem prejuízo das atribuições de suas funções, para atuar, extraordinariamente, em sessões plenárias do Tribunal do Júri, será compensada por um dia de folga a cada sessão designada, aplicando-se apenas aos membros lotados em Defensorias Públicas sem atribuição especializada para o Tribunal do Júri ou não abarcadas pelo art. 2º dessa resolução, ou em caso de possuir atribuição para atuação fora do município de sua lotação. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 4º Caso o número de dias de trabalho seja inferior ao mínimo exigido, referido período será registrado em banco de reserva individual até que se complete a fração necessária para a concessão de licença compensatória. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 5º São considerados como de efetivo exercício para os efeitos desta resolução os dias em que o membro estiver afastado de suas funções em virtude das situações elencadas nos artigos 61 da Lei Complementar Estadual n. 55/1994 e artigos 115 e 122 da Lei Complementar Estadual n. 46/1994. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 6º O período de recesso forense não será computado como de efetivo exercício para os fins da licença compensatória de que trata esta resolução. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 7º Na atuação em excesso de serviço, após devidamente designado, o membro permanecerá comprometido com as atribuições de sua designação pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir do eventual pedido de desligamento. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 8º O Defensor Público-Geral disponibilizará em sistema informatizado acessível aos membros a lista dos que fazem jus à licença compensatória com base nos critérios quantitativo e qualitativo previstos nesta resolução. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 9º As licenças compensatórias seguirão o mesmo rito de solicitação e fruição das férias dos membros, devendo ser requerida expressamente ao Defensor Público-Geral até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao período de aquisição do direito. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

§ 10 As licenças compensatórias serão fruídas em dias úteis. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

## CAPÍTULO VI

### DA DESIGNAÇÃO PARA CUMULAR, SUBSTITUIR EM FÉRIAS, LICENÇAS OU OUTRAS FORMAS DE AFASTAMENTO DO TITULAR E REALIZAR PLANTÕES

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 064, de 05 de julho de 2019)**

**Art. 7º** A designação dos Defensores Públicos para desempenho das atividades previstas no artigo 2º desta resolução buscará conciliar a distribuição isonômica do volume de trabalho com a necessidade de prestação adequada do serviço, observando, ainda, os seguintes critérios:

I - na periodicidade máxima de 01 (um) ano, o Defensor Público-Geral fará publicar a relação de todas as varas, comarcas, atividades e defensorias em que a Defensoria Pública atuará por meio de cumulação e a quantidade necessária de Defensores Públicos para consecução deste objetivo, abrindo prazo para inscrição voluntária, considerando-se as disposições do inciso seguinte;

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

II - o critério de escolha será o de antiguidade na carreira, conforme lista de antiguidade para fins de remoção, tendo preferência na escolha o defensor que atua dentro da comarca ofertada;

III - a Defensora Pública gestante e a mãe-nutriz terá preferência de escolha sobre os critérios descritos no inciso anterior desde a confirmação da gravidez até o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, da data de nascimento do bebê. O mesmo direito será garantido à Defensora Pública adotante em geral e ao Defensor Público adotante no caso de adoção homoafetiva ou monoparental, contando-se o prazo de 24 (vinte e quatro) meses da data em que publicada a decisão que conceda a guarda para fins de adoção ou da sentença de procedência do pedido que esteja produzindo efeitos, o que ocorrer primeiro. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 063, de 5 de abril de 2019)**

Parágrafo único. Havendo mais de um(a) Defensor(a) Público(a) na situação prevista no inciso III, eventual conflito entre eles(as) será dirimido pelo critério da antiguidade para fins de remoção. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 063, de 5 de abril de 2019)**

**Art. 8º.** (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 090, de 30 de agosto de 2024)**

**Art. 9º.** A designação dos Defensores Públicos para atuação em plantão previsto no artigo 6º desta Resolução será realizada a cada 4 (quatro) meses, mediante edital publicado pelo Defensor Público-Geral, contendo a relação dos dias, das vagas e do período de inscrição voluntária. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

I - (Revogado) **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

II - (Revogado) **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

III - (Revogado) **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

IV - (Revogado) **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§1º.** Para fins exclusivos de organização da ordem classificatória, o início da lista observará sistema de rodízio quadrimestral, alternando-se o primeiro, o segundo e o terceiro terço da carreira. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§2º.** A alternância prevista no §1º terá finalidade apenas de definição da ordem inicial, sem impedir a inscrição de qualquer membro da carreira. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§3º.** Todos os Defensores Públicos poderão inscrever-se em cada edital e a lista classificatória será organizada iniciando-se pelo terço correspondente ao ciclo quadrimestral, seguido dos

demais terços, respeitados os critérios deste artigo. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§4º.** A escolha dos membros inscritos observará os seguintes critérios objetivos: **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**I** – equilíbrio do volume de trabalho e necessidade de prestação adequada do serviço; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**II** – antiguidade na carreira, conforme lista oficial de antiguidade; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**III** – quando o plantão exigir presença física, terá preferência o Defensor lotado na comarca correspondente, observados os critérios fixados pelo Defensor Público-Geral; **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**IV** – caso o número de inscritos seja insuficiente para o preenchimento integral da escala quadrimestral, será facultado aos voluntários assumir mais de um plantão. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§5º** É possível a permuta entre membros da Defensoria Pública designados para atuação em plantões, desde que solicitada com até 30 (trinta) dias de antecedência da realização deste, podendo referido prazo ser excepcionado mediante solicitação por motivo justificado, a critério do Defensor Público-Geral. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**§6º** Em havendo desistência de atuação em plantão ou em caso de surgimento de data de plantão não prevista no edital anterior, devem ser adotados os mesmos critérios do caput para escolha do Defensor Público substituto, em especial a distribuição isonômica do volume de trabalho, dando-se publicidade à referida substituição. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**Art. 9º-A.** A cada edital quadrimestral será reiniciado o processo classificatório, aplicando-se a alternância do terço que inaugurará a lista, preservados os critérios previstos no art. 9º. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 096, de 05 de dezembro de 2025)**

**Art. 9º-B.** A relação dos dias, vagas e períodos de atuação em plantões, bem como o respectivo período de inscrição voluntária, deverá ser publicada até o dia 15 do último mês do quadrimestre imediatamente anterior ao quadrimestre de referência. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

**§ 1º** O edital deverá assegurar prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para inscrição voluntária dos membros interessados, contados da data da publicação. **Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

**§ 2º** Em nenhuma hipótese o encerramento do prazo de inscrição poderá ocorrer antes das 17h do último dia previsto no edital. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

**§ 3º** Caso a publicação ocorra após o prazo previsto no caput, deverá ser preservado, obrigatoriamente, o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis de inscrição, vedado o encerramento

antes das 17h do último dia do período. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

§ 4º O disposto neste artigo não impede a abertura de editais suplementares para hipóteses excepcionais, tais como desistência, surgimento superveniente de vaga ou necessidade institucional imprevisível, hipótese em que deverá ser assegurado, sempre que possível, prazo razoável de inscrição e encerramento não anterior às 17h, devendo constar expressamente a indicação da hipótese excepcional para não observância à data do caput. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

§ 5º O resultado deverá ser publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação ao primeiro dia do mês do quadrimestre de referência. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

**Art. 9º-C.** A atuação da Defensoria Pública em regime de plantão no período de recesso judiciário poderá, a critério do Defensor Público-Geral, ser realizada por meio de edital específico, seguindo-se, igualmente, os critérios elencados no art. 9º desta resolução. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 101, de 26 de junho de 2026)**

**Art. 10.** Não havendo número suficiente de inscritos para a realização das atividades referidas nos artigos 7º, 8º e 9º, caberá ao Defensor Público-Geral designar Defensores Públicos em quantidade necessária para atendimento da demanda.

**Art. 11.** As designações e as escolhas feitas, nos termos deste capítulo VI, não geram direitos em relação à titularidade ou à inamovibilidade e deverão ser reabertas na periodicidade prevista nos artigos 7º, 8º e 9º da presente resolução.

## CAPÍTULO VII

### DA OPERACIONALIZAÇÃO

**(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 100, de 05 de maio de 2026)**

**Art. 12.** Nas hipóteses previstas no art. 59, §2º, e art. 59-A, VI, da LC nº 55/1994, cujas designações sejam feitas por período de tempo, o pagamento e as averbações, respectivamente, efetuar-se-ão mensalmente pela Diretoria de Gestão de Pessoas, enquanto perdurarem as designações expedidas pelo Defensor Público-Geral. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 100, de 05 de maio de 2026)**

**Parágrafo único.** (Revogado). **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

**§1º** Já nas hipóteses previstas no art. 59-A, VI, da LC nº 55/1994, cuja atuação independa de designação ou se deem em função da prática de atos determinados, a aquisição do direito dependerá de encaminhamento à Diretoria de Gestão de Pessoas, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, de relatório circunstanciado das atividades desempenhadas no período, conforme formulário disponibilizado, sob pena de preclusão da averbação. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 100, de 05 de maio de 2026)**

**§2º** Em caso de afastamentos, o prazo previsto no §1º será contado a partir do retorno às atividades. **(Redação dada pela Resolução CSDPES nº 100, de 05 de maio de 2026)**

**§3º** Para fins de controle e auditoria, todos os atos devem ser registrados no sistema SOLAR, consoante previsão do art. 4º da Resolução CSDPES nº 88/2023. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 100, de 05 de maio de 2026)**

**Art. 13.** A verba indenizatória, ora regulamentada, será paga em folha de pagamento, não incidindo quaisquer tributos ou impostos, bem como não será computada para efeitos dos limites constitucionais remuneratórios, não computando também para a base de cálculo de gasto com pessoal, sendo atribuída aos Defensores Públicos como receita não tributada para efeitos de imposto de renda.

**Art. 14.** O direito à gratificação de que trata a presente Resolução deverá observar a prescrição quinquenal.

**Art. 15.** Esta Resolução entrará em vigor na data em que for publicada, revogando as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à data de 05 de abril de 2014.

**Art. 16.** Os atos omissos serão dirimidos pelo Defensor Público-Geral. **(Incluído pela Resolução CSDPES nº 050, de 11 de maio de 2018)**

**VINICIUS CHAVES DE ARAÚJO**

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Chaves de Araujo, Defensor(a) Público-Geral**, em 13/07/2026, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defensoria.es.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defensoria.es.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0079386** e o código CRC **83FD60C2**.